

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

ASSEMBLEIA DA UNIÃO AFRICANA
Décima-primaira Sessão Ordinária
30 de Junho – 1 de Julho de 2008
Sharm El Sheikh, EGIPTO

Assembly /AU/ 12 (XI)

**SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA
DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA**

PARTE I: SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA

1. A Integração Regional em África tem sido o principal enfoque desde a criação da então OUA. Muitas declarações foram acordadas pelos Estados Membros para que o processo de integração em África possa andar para a frente. À semelhança disto, o Tratado de Abuja, o Plano de Acção de Lagos, o Fórum do Sector Privado Africano, entre outros, enfatizaram a necessidade de promover a integração regional em África.
2. A criação da então OUA em 1963 representou a consolidação da abordagem gradualista da unidade Africana, bem como uma grande questão do desenvolvimento Africano.
3. O *Plano de Acção de Lagos (PAL / LPA)* tinha como fim a criação de um mercado comum Africano até 2000 que devia ser construído por fases: primeiro a criação de áreas de comércio livre, e depois um mercado comum e uma união económica.
4. Os objectivos da União Africana são os de fortalecer os princípios fundadores da Carta da OUA. Porém, os objectivos da união Africana são mais abrangentes ao reconhecer as mudanças multifacetadas com que o continente se confronta, especialmente nas áreas de paz e segurança, desenvolvimento sócio-económico e integração. A União pretende, entre outras coisas: acelerar a integração política e sócio-económica; desenvolver posições comuns de África; promover instituições democráticas, participação popular e boa governação; proteger direitos humanos; promover desenvolvimento sustentável e a integração das economias Africanas; trabalhar para erradicar doenças preveníveis e promover a boa saúde.
5. Fica claro a partir dos parágrafos acima indicados que várias iniciativas foram levadas a cabo para fazer avançar o processo de integração. Contudo, os resultados alcançados não têm sido encorajadores em relação à esperança do Continente.
6. Desde o debate de Acra sobre o governo da União, a questão de integração tornou-se no assunto principal do continente. É por isso que a Auditoria da Comissão e a 12ª Cimeira havida em Arusha expressaram a necessidade urgente de acelerar o processo de integração do Continente. É também por esta razão que existe a necessidade de acelerar a racionalização das CERs e de aprofundar a coordenação e a harmonização das actividades das CERs. Para ver esta integração regional a avançar, os Chefes de Estado e de Governos solicitaram para analisar, durante a Décima-primeira Sessão

Ordinária da Confedência, a ter lugar de 30 de Junho à 01 de Julho de 2008, em Sharm-El- Sheikh, Egipto, a situação da integração regional de África.

7. A parte um do relatório dá enfoque sobre os feitos de cada CER e, em geral, as dificuldades enfrentadas, dificuldades específicas por CER, bem como a situação actual de cada CER dentro das fases do processo de integração como definido no Tratado de Abuja. Feitos de cada CER.

8. No cômputo geral, cada CER fez progressos significativo no alcance dos resultados necessários para satisfazer os objectivos definidos. Há progressos significativos no processo de integração entre os estados membros pertencentes à mesma CER. Contudo, mais esforços são necessários na harmonização das políticas dos estados membros em cada CER, e para o alcance de maior cooperação e, eventualmente, harmonização pelas CERs.

Os avanços feitos são os seguintes:

9. Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEEAO / ECOWAS)

Resultados Alcançados

- Impressão e introdução dos documentos aduaneiros harmonizados: entre outros; instrumentos aduaneiros e estatísticos uniformizados, o certificado de origem, a nomenclatura aduaneira e estatística e as declarações aduaneiras
- Um protocolo Inter-Estatal do Tráfego Rodoviário (ISRT) e mecanismos de garantia de trânsito foram adoptados. Estes documentos facilitariam e acelerariam o procedimento de desalfandegamento e pouparia tempo nos postos alfandegários
- A ECOWAS foi também capaz de criar certas instituições que incluem, Comissão, o Parlamento Comunitário, Instituições Financeiras, Agências especializadas e Sector Privado Associado
- Movimento livre de pessoas que incluía a supressão de vistos e de autorizações de entrada, direito à residência e à fixação. No que concerne ao movimento livre de pessoas, o progresso feito na ECOWAS é exemplar: nenhum visto é necessário para que os cidadãos dos Estados Membros possam viajar na região da ECOWAS
- O movimento livre de bens, serviços e capital, que inclui a criação de uma Zona de Comércio Livre (ZCL /FTA) dentro da ECOWAS, ainda não está completo. Começou em 1979 quando o desmantelamento total das

restrições tarifárias dos produtos de artesanato e produtos básicos localmente produzidos e processados foi adoptado

Dificuldades gerais e específicas

- Insegurança e não implementação dos protocolos por alguns membros e barreiras comerciais
- Para a grande parte dos comerciantes transfronteiriços da África Ocidental, a reclamação comum tem a ver com os custos elevados do negócio devido aos obstáculos que muitas vezes os funcionários do estado colocam
- Grande parte do negócio na sub-região é de pequena escala ou informal e é muitas vezes caracterizado por diferenças de preços em cada país individual
- A implementação do Tratado sobre a Livre Circulação de Pessoas confronta-se com um número de problemas no terreno, nomeadamente perseguição nas estradas, número elevado de bloqueios e barreiras ilegais, bem como o problema de insegurança nas estradas
- A CEDEAO, tal como os outros órgãos de comércio regional, está atrasada em termos de alcance dos objectivos do tratado, mas com um compromisso de maior enfoque, um progresso significativo e tangível pode ser alcançado a curto e médio prazos.

Recomendações do relatório

- Passando em revista as cláusulas da CEDEAO, tais barreiras deviam ter desaparecido. Em Maio de 1982, os estados membros da CEDEAO assinaram uma Convenção sobre a criação de um Sistema Inter-estatal de Trânsito Rodoviário (SITR / ISRT), que definiu o quadro em que os estados membros trabalhariam para garantir o movimento livre de mercadorias na sub-região
- Alguns dos projectos da CEDEAO, quando concluídos, trarão, de facto, benefícios aos cidadãos da comunidade, independentemente de alguns dos problemas acima debatidos. Porém, para usufruir dos benefícios totais de um mercado regional integrado, os líderes da África Ocidental teriam que mostrar maior compromisso com a remoção dos obstáculos desnecessários e muitas vezes ilegais colocados aos operadores na sub-região
- Eles também precisam de considerar seriamente a oportunidade que um mercado maior oferece à indústria na sub-região

10. Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)

Resultados Alcançados

- A COMESA criou várias instituições importantes que, entre outras, incluem: o Banco PTA que promove investimentos e garante facilidades de financiamento ao comércio; Casa de Despacho da COMESA, que foi mandatada para implementar um sistema para facilitar o pagamento e liquidação transfronteiriça entre os Bancos Centrais e a região da COMESA; A Empresa Seguradora (ZEP-RE) conseguiu obter uma cota razoável do negócio de seguro regional e está agora a fazer negócio em dezanove (19) países
- A COMESA tem boas relações de trabalho, tanto formal como informalmente, com todas estas organizações regionais. Um Memorando de Entendimento foi assinado com a EAC, IGAD e IOC de modo que estas organizações acordaram em adoptar e implementar o programa de liberalização e facilitação de comércio da COMESA
- A COMESA fez muito progresso no movimento livre de bens e pessoas ao ponto de que os problemas de vistos sejam tratados com muita flexibilidade para os residentes da comunidade
- Para melhorar o movimento de pessoas e promover a integração real dentro da região, a COMESA também promove a mobilidade de mão de obra, serviços e o direito à residência e fixação
- Um programa para a remoção dos obstáculos não tarifários do comércio intra-regional está sendo implementado. Foi feito progresso na remoção das barreiras não tarifárias, tais como a liberalização das licenças de importação, cancelamento dos impostos de câmbio, cancelamento das cotas de importação e exportação, remoção dos bloqueios de estradas, simplificação das formalidades e da extensão das horas de abertura dos postos fronteiriços

Desafios

- Nem todos os Estados Membros da COMESA participam na Área de Comércio Livre (ACL / FTA)
- A COMESA precisa de acelerar a criação de um Instituto Monetário da COMESA que levaria a cabo o necessário trabalho preparatório conducente à criação da União Monetária da COMESA na zona

- O Protocolo sobre o movimento livre de pessoas, mão de obra, serviços, e o direito à fixação e à residência não foi efectivo; tornar-se-á efectivo quando, pelo menos, sete Estados assinarem e ratificarem o Protocolo

Recomendações

- Recomenda-se que seja notada a contínua implementação dos Regulamentos Conjuntos sobre a Concorrência no Transporte Aéreo pelos Ministros responsáveis da COMESA, pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e pela Comunidade da África Oriental (EAC), mas há necessidade de acelerar a criação da Autoridade Conjunta de Concorrência
- A Casa de Despacho da COMESA precisa de acelerar a criação do Sistema Regional de Pagamento e Liquidação (REPS) para que seja operacional
- Os Estados Membros precisam de implementar os instrumentos de facilitação de comércio e transporte em trânsito de forma a melhorar o movimento em trânsito e o tráfêgo transfronteiriço. Há também a necessidade de criar um sistema de transporte ferroviário contínuo na sub-região da COMESA

11. Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS)

Resultados Alcançados

- Promoção da Paz e da Segurança na região desde a sua criação, a ECCAS tem estado envolvida no desenvolvimento e na promoção de medidas relacionadas com a diplomacia preventiva, feitura e construção da paz
- A adopção, em Setembro de 1993, do Pacto de Não-Agressão, a criação de um mecanismo de pré-aviso, que é o Mecanismo de Pré-Aviso da África Central (MARAC) e a força multi-nacional dos estados de África Central (FOMAC)
- Implementação da Força Multi-nacional de África Central (FOMAC)
- Os Estados Membros da ECCAS adoptaram um plano para o cancelamento gradual das tarifas do comércio intra-comunidade conhecido como Tarifas Preferenciais da ECCAS

Desafios

- Não existe nenhuma acção planificada para tornar o movimento de pessoas mais fluido e livre na região
- Houve muito pouco progresso em relação ao movimento de pessoas, mas o mesmo é relativamente fluido entre alguns países da ECCAS. Nenhum progresso significativo foi feito no terreno

Recomendações

- Há necessidade de constituir um Comité composto pela CUA, ECA e BAD para desenvolver um quadro de harmonização dos programas e das actividades da CEMAC e da ECCAS e, eventualmente, para a integração das duas instituições
- Já existem instrumentos para o movimento livre. Tudo que precisa ser feito agora é implementar o que fora acordado pelos Estados Membros
- Um plano de acção deve ser posto em prática para acelerar o processo de movimento livre de pessoas

12. Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Resultados Alcançados

- Mais do que dois terços dos protocolos da SADC entraram em vigor e as cláusulas mais substantivas da política de integração regional estão em várias fases de implementação
- No sector de Transportes, Comunicações e Meteorologia, a SADC fez avanços na construção e reabilitação das ligações entre os Estados Membros
- No sector de energia, o Consórcio de Energia da África Austral (SAPP) foi criado em 1995 para expandir a comercialização de electricidade, reduzir os custos de energia e garantir estabilidade no fornecimento aos utentes nacionais da região
- Em relação ao movimento livre de pessoas, a entrada de cidadãos de um país membro no território de outro país membro, para um período máximo de noventa dias por ano, não está sujeita à visto

- No concertante ao movimento de mercadorias, serviços e capital, um documento aduaneiro único (SADC CD) foi adoptado para facilitar a harmonização das declarações aduaneiras na região da SADC

Desafios

- A SADC pretende ter uma área de comércio livre em 2008 e uma união aduaneira em 2010. A união aduaneira só pode existir quando existir uma área de comércio totalmente livre
- Falta de quadros legislativos harmonizados entre um número de Estados Membros em relação ao desenvolvimento de infra-estruturas
- A implementação e seguimento da liberalização do comércio se confronta com a falta de dados e de capacidade ao nível do Comité Nacional da SADC nos Estados Membros

Recomendações

- Uma abordagem coordenada regional e continental em relação ao financiamento infra-estrutural, harmonização institucional e coordenação política podiam ser alcançados no quadro da iniciativa da NEPAD. A melhoria da infra-estrutura de transporte é crucial para o comércio.
- O investimento público e a assistência ao desenvolvimento rumo ao desenvolvimento e manutenção de infra-estruturas é essencial na ausência do investimento privado interno e externo e também pode agir como catalisador do investimento privado.

13. União Árabe do Magreb (UAM)

Resultados Alcançados

- Os resultados concretos alcançados pela UAM até agora incluem interligação eléctrica entre os cinco Estados Membros, criação de um sistema conjunto de monitoria de água subterrânea para o Sahara
- UAM assinou também 38 convenções e acordos, seis dos quais já entraram em vigor como a seguir se indica: Quarentena Agrícola, Promoção e protecção de investimentos, criação da autoridade para o Investimento no Magreb e Comércio Externo, troca de produtos agrícolas, dupla tributação e aplicação das normas de cooperação na área de imposto de rendimento

- Estados Membros pertencentes à UAM conseguiram concluir vários acordos bilaterais em diferentes áreas. A assinatura destes acordos bilaterais permitem a UAM ter uma abordagem consistente em relação às suas relações multilaterais.

Desafios

- Ainda existe a falta de harmonização dos padrões. Esforços intensos fizeram com que o Magreb esteja actualmente a redigir um acordo sobre a criação de uma área de comércio livre que pode representar um desafio para a UAM
- Produtos comercializados na UAM ainda são sujeitos à licenças e outras medidas de controlo sobre a origem do produto

Recomendações

A AUM deve resolver estas tarifas altas e inibitivas que dão maior protecção à certos produtos locais.

14. Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (AIGD / IGAD)

Resultados Alcançados

- Mecanismo de Pré-aviso e Resposta ao Conflito (CEWARN), foi adoptado e está sendo implementado pela AIGD / IGAD
- Com base no comércio, a AIGD promoveu o programa da COMESA sobre comércio para evitar a duplicação de esforços e de recursos. Isto inclui a união aduaneira, as negociações da OMC e o Acordo de Parceria Económica (APE). A AIGD criou Sistemas de Marketing de Informação das Culturas e do Gado via internet, criou também um website e pontos de ligação nos Estados Membros
- Apoiou a expansão do Porto de Djibouti para manusear grandes cargas para a Etiópia
- No concernente ao movimento livre de pessoas, foi feita uma sugestão regional sobre como gerir os fluxos migratórios e sobre como fazer a capacitação
- Foi conduzido um estudo de Harmonização da Lei de Investimento na região da AIGD para garantir a livre circulação de mercadorias, serviços e capital.

Desafios

- Decido à insuficiência da tecnologia agrícola, o desenvolvimento agrícola ainda enfrenta muitos desafios
- Falta de emprego dentro da região
- Doenças, tais como Malária e VIH/SIDA, também constituem desafio na região

Recomendações

- Uma vez que os membros da região da AIGD pertencem à COMESA, existe uma necessidade de coerência e de evitar duplicação para que a região seja integrada
- Há necessidade para a AIGD, com a ajuda da CUA, acelerar as iniciativas de paz para o desenvolvimento da região.
- O programa que a COMESA leva a cabo devia ser paralelo à região da AIGD, e isto exigiria que ambas as CERs moldassem a sua informação e actualizassem-se sobre as actividades do dia-a-dia para que haja coerência e evitar qualquer duplicação.

15. Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara

Resultados Alcançados

- CEN-SAD desenvolveu uma estratégia de 2007 para as suas actividades
- CEN-SAD também foi capaz de implementar programas harmonizados sobre estradas envolvendo outras CERs
- CEN-SAD lançou igualmente o processo de livre circulação de pessoas
- Adopção e implementação, com o apoio técnico do FAO, da “Estratégia de Desenvolvimento Rural”
- Lançamento de projectos hidro-agrícolas para criar e consolidar a segurança alimentar
- No concernente à livre circulação de pessoas, os titulares de passaportes diplomáticos estão isentos de vistos obrigatórios na zona de CEN-SAD.

Este privilégio será estendido aos estudantes, homens de negócios, atletas e académicos

Desafios

- No concernente aos textos jurídicos, a CEN-SAD não dispõe de um instrumento jurídico como um acordo sobre a livre circulação de pessoas que pressionará os Estados Membros a implementar
- Vários constrangimentos atrasam a realização das grandes potencialidades da comunidade: fraca infraestrutura de transporte que faz com seja difícil ligar as áreas de produção agrícola aos mercados urbanos de consumo, bem como aos mercados de exportação, más condições da infra-estrutura de telecomunicações, produção insuficiente de energia.

Recomendações

- Necessidade de ter uma abordagem coordenada regional e continental de financiamento de infra-estruturas, harmonização institucional e coordenação política
- Existe a necessidade de os Estados Membros abrir os seus mercados para permitir que possam ocorrer actividades de comércio intra-Africanas e acelerar o processo de integração regional
- No concernente aos textos jurídicos, a CEN-SAD precisa de ter um instrumento jurídico como um acordo sobre a livre circulação de pessoas que pressionará os Estados Membros a implementar

16. Comunidade da África Oriental (EAC)

Resultados Alcançados

- A EAC foi capaz de criar uma União Aduaneira que representa um bom passo em frente rumo ao processo de integração regional
- Harmonização da Política Monetária e Fiscal que obriga os estados parceiros a cooperar em questões monetárias e financeiras, de forma a criar e manter a estabilidade macro económica dentro da comunidade.
- A EAC conseguiu alcançar um acordo tripartido sobre transporte que foi ratificado pelos Estados parceiros para facilitar o transporte rodoviário inter-estados

- Os estados parceiros da África Oriental deram um número de passos para preservar o Lago Vitória através da implementação de um Programa de Gestão Ambiental do Lago Vitória
- O Banco de Desenvolvimento da África Oriental, que continua a implementar programas tendentes a melhorar a capacidade do banco de desempenhar um papel mais substantivo e sustentável como uma instituição financeira regional
- Um passaporte da EAC que permite entradas e saídas múltiplas dos cidadãos de um dado Estado Membro por um período de seis meses

Desafios

- A agricultura e a indústria não estão adequadamente diversificadas para o crescimento económico apropriado
- A liberalização do capital enfrenta o problema de harmonização de políticas para desenvolver um mercado de capital regional na África Oriental. Para além disso, a passagem para o mercado comum da União Aduaneira representa uma fase decisiva da história da Commonwealth

Recomendações

- A EAC precisa de promover uma industrialização de alto nível com efoque no valor acrescentado como o agro-processamento, em conformidade com a Estratégia de Industrialização da Comunidade da África Oriental
- Há necessidade de as recém-aderidas Repúblicas do Ruanda e do Burundi acelerarem o processo de integração total na União Aduaneira da EAC
- O Secretariado da EAC precisa de explorar a possibilidade de atingir a meta da União Aduaneira o mais cedo possível e de desenvolver um quadro estratégico de aceleração da criação do Mercado Comum e da União Monetária

17. Situação das Comunidades Económicas Regionais de acordo com o Tratado de Abuja

A situação da cada Comunidade Económica Regional, de acordo com as fases de integração, definidas no Tratado de Abuja, encontra-se resumida na Tabela que a seguir se apresenta:

Tabela: As Comunidades Económicas Regionais

Fase do Tratado de Abuja	Primeira fase	Segunda Fase	Terceira Fase		Quarta Fase	Quinta Fase	Sexta Fase		
	Fortalecimento da CER existente e criação de novas CERs onde elas não existem	Coordenação e harmonização das actividades	Eliminação gradual das barreiras tarifárias e não-tarifárias	Area de Comércio Livre	União Aduaneiras	União Aduaneiras Continentais	Harmonização das políticas monetária, financeira e fiscal	União Monetária	União Económica
Projeções RECs	IGAD	IGAD							
	SADC		SADC		em 2010		em 2015		em 2018
	CEN-SAD			CEN-SAD					
	ECOWAS			ECOWAS	em 2008			em 2009	
	COMESA			COMESA	em 2008		em 2014	em 2018	
	ECCAS			ECCAS	em 2008				
	EAC				EAC		em 2009		

Fonte: Tabela preparada por fonte interna

Nota:

União Monetária: a ECOWAS planeia implementá-la em 2009, enquanto a COMESA, em 2018

União Aduaneira: as metas da ECOWAS, da COMESA e da ECCAS vão possuir União Aduaneira em 2008, enquanto a SADC, em 2012

Mercado Único: a meta da COMESA é 2014, a da EAC é 2009, e a da SADC é 2015

18. Recomendações dos Ministros responsáveis pela integração, feitas durante a reunião realizada de 22 à 23 de Maio de 2008, em Adidjan, Cote d'Ivoire

- i. O mandato dos Ministros responsáveis pela integração deve ser reforçado de forma a ter um impacto mais forte na monitoria das recomendações já implementadas;
- ii. A CUA, em colaboração com as CERs, deve completar o desenvolvimento do Programa de Integração Mínima (PIM) nos sectores prioritários com calendários e metas claras a serem usadas pelas CERs na obtenção da convergência dos programas das CERs. Mediante esta adopção, a CUA deve desenvolver um quadro harmonizado para o seguimento da implementação do PIM;

- iii. Convidar os Estados Membros a criar pontos focais de integração para permitir que a CUA possa criar um base de dados de contactos;
- iv. Medidas devem ser tomadas para implementar o Protocolo de Relações entre a UA e as CERs;
- v. Ajudar os Estados Membros que emergiram dos conflitos e que têm dificuldades de alcançar um nível adequado para minimizar a disparidade entre os Estados Membros e facilitar a sua integração;
- vi. Devia haver colaboração entre os Estados Membros, as CERs e outros intervenientes relevantes na recolha de dados e na partilha de boas práticas e experiências.

19. PARTE II: IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA COMAI I E II

A Parte dois do Relatório dá enfoque sobre a implementação das recomendações da COMAI I e II, realizadas em Ouagadougou, Burkina Faso e Kigali, Ruanda, em 2006 e 2007, respectivamente. Ao fazer isto, esta secção do relatório trata das actividades implementadas ou previstas pelos Estados Membros, pelas Comunidades Económicas Regionais, pela Comissão da União Africana (CUA), pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pela Comissão das Nações Unidas para África (UNECA) implementar as recomendações, bem como os desafios enfrentados durante o processo de implementação. As recomendações são também apresentadas para ultrapassar os desafios existentes e para acelerar o processo de integração.

- 20. Embora a integração do Continente Africano esteja em processo, ela tem se confrontado com um número de problemas que, até agora, abranda a iniciativa, como sublinhado pela parte um deste relatório. É dentro deste contexto que a Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração (COMAI) foi institucionalizada em 2006 na Cimeira de Banjul, como forma de resolver estes problemas e de impulsionar o processo de integração. Duas Conferências tiveram lugar até agora.
- 21. Consequentemente, as duas Conferências anteriores apresentaram um número de recomendações que exigiam que vários intervenientes, como acima indicado, levassem a cabo acções particulares para tornar o processo de integração continental célere. Estas recomendações davam enfoque nas seguintes principais questões:

- Revisão do Tratado de Abuja, tomando em consideração a Declaração de Sirte de 9.9.99;
 - Elaboração do Programa de Integração Mínima (PIM) para as CERs;
 - Coordenação entre a UA e as CERs;
 - Harmonização de políticas e programas entre as CERs, como estratégia principal para melhorar a racionalização do processo; e
 - Promoção da livre circulação de pessoas, mercadorias, capital e serviços entre todas as CERs, de forma a acelerar o processo de integração continental.
22. É dentro deste quadro que o exercício de seguimento da implementação das recomendações foi feito.
23. A estrutura da Parte dois do relatório é como a seguir se apresenta: a secção doze inclui a introdução, que define o contexto na base do qual as recomendações foram feitas, a fundamentação lógica para a realização do exercício de seguimento e a metodologia adoptada; a secção treze apresenta o resumo da implementação por cada actor (Estados Membros, CERs, CUA, BAD e UNECA); a secção catorze aborda os desafios e problemas enfrentados durante a implementação; e a secção quinze apresenta o caminho a seguir e um número de recomendações.
24. Em termos de implementação, todos os actores envolvidos estão a fazer muito progresso. Apresenta-se a seguir o resumo das actividades levadas a cabo para implementar as recomendações. Na área de coordenação relações de coordenação, mais fortes estão sendo construídas entre os vários actores. Isto é evidenciado pela assinatura de um Protocolo novo sobre as relações entre a CUA e as CERs em Janeiro de 2008 na Cimeira da UA, em Adis Abeba. O Secretariado Conjunto envolvendo a CUA, o BAD e a UNECA vai igualmente ser revitalizado em 2008. A Conferência dos Ministros Africanos da Economia e Finanças (CAMEF) de Março/Abril de 2008 foi igualmente organizada conjuntamente pela CUA e pela UNECA. Em termos de harmonização, as CERs estão a envidar esforços para harmonizar sectores tais como infraestruturas, alfândegas e meio ambiente. Com o apoio da CUA, UNECA e BAD algumas CERs estão a trabalhar no sentido de harmonizar a legislação comercial e financeira.

25. No concernente à questão de harmonização, houve igualmente progresso feito. Um estudo da CUA sobre a racionalização das CERs, revisão do Tratado de Abuja e elaboração de um programa de integração mínima (PIM) foram concluídos em 2007, com financiamento do Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Alguns Estados Membros também tomaram decisões para reduzir o número das CERs a que pertencem – Ruandaé um exemplo recente. Para além disso, algumas CERs começaram a racionalizar a agenda das reuniões estatutárias. Os Termos de Referência de um estudo sobre a quantificação dos cenários de racionalização foi concluído e o procurement de um consultor terá lugar em 2008. Prevê-se que o estudo fortalecerá a capacidade dos Estados Membros e das CERs de tomar decisões mais concretas nesta área.

26. A capacidade dos Estados membros e das CERs está sendo também desenvolvida através da provisão de vários programas de formação quer pela CUA, quer por organizações idênticas. O BAD está igualmente em processo de desenvolver cursos para o pessoal das CERs para apoiar e ajudar a fortalecer as capacidades das CERs em termos dos processos de integração regional. Nas infraestruturas, um número de projectos de caminhos de ferro, estradas, portos, energia, aviação e telecomunicações estão sendo implementados pelas CERs com o apoio dos Estados Membros e em colaboração com a NEPAD e com o BAD.

27. Em termos de desenvolvimento sectorial, um número de CERs desenvolveram decisões e protocolos relacionados com a livre circulação e estão a envidar esforços para implementar tais cláusulas. Passaportes regionais, esquemas de seguro de viaturas, e harmonização dos currícula escolares, bem como qualificações são apenas algumas das actividades em curso nas regiões. Os postos fronteiriços estão também a ser criados. Porém, a implementação da livre circulação é impedida em alguns locais devido à corrupção e perseguição nos postos fronteiriços e preocupações em termos de segurança entre os Estados Membros dentro da mesma CER, bem como barreiras tarifárias persistentes. Esforços nacionais e regionais estão sendo envidados para diversificar e melhorar a produção industrial e agrícola. Iniciativas estão também curso por um número de CERs para envolver o sector privado. Isto acontece através do desenvolvimento de estratégias industriais e agrícolas, harmonização de códigos de investimento, criação de Conselhos de Negócio, Fóruns e feiras regionais e nacionais.

28. No concernente às negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE), a CUA tem vindo a monitorar de perto o progresso das negociações. Na Reunião de Coordenação da CER, a 24 de Janeiro de 2008, foi produzida uma Declaração reafirmando o mandato da Comissão da UA para coordenar, monitorar e harmonizar os esforços das CERs envolvidas e dos Estados Membros nas negociações das APEs com a União Europeia (UE). Para além disso, uma Declaração sobre as negociações das APEs AU/EXP/CAMETF/Decl.(I) foi elaborada a 3 de Abril de 2008. Além disso, o Departamento do Comércio e Indústria da CUA organizou, em Abril de 2008, um seminário dos peritos aduaneiros sobre as regras de origem para chegar à uma posição comum nas futuras negociações das APEs.
29. Um número de recomendações é apresentado no relatório de forma a ajudar a fazer avançar o processo de integração. Algumas destas recomendações incluem, a necessidade da racionalização para se tornar numa questão central dos Estados Membros, das CERs e similares, com as consultas necessárias feitas durante o processo. Os Estados Membros deviam também implementar as reformas necessárias nos quadros legislativos e nos padrões técnicos de desenvolvimento de infraestruturas. São necessários mais esforços para tornar célere a remoção das barreiras técnicas e físicas que impedem a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas de forma a beneficiar das altas economias de escala no comércio e na produção. Mais reformas legais e reguladoras são também necessárias ao nível nacional para atrair investimento, enquanto também se coloca em funcionamento instrumentos jurídicos aplicáveis ao investimento sustentável e ao fluxo do comércio. Também a necessidade de alguns Estados Membros acelerar a harmonização do controlo cambial e das contas capitais para o desenvolvimento do mercado de capitais. Por último, há necessidade de maiores cinergias entre os programas de integração das CERs e os planos nacionais de desenvolvimento (incluindo Documentos da Estratégia de Redução Pobreza (PRSPs).
- 30. Recomendações da Reunião dos Ministros Responsáveis pela Integração realizada de 22 à 23 de Maio de 2008, em Abidjan, Côte d'Ivoire, sobre a implementação da COMAI I e II**
- i. Um quadro de avaliação deve ser desenvolvido para avaliar as acções levadas a cabo pelos Estados Membros, pelas CERs e pela CUA na implementação das recomendações das Conferências dos Ministros Africanos Respeonsáveis Pela Integração (COMAI). A avaliação deve incluir as recomendações prioritizadas e calendários apropriados:

- ii. O relatório consolidado da CUA deve ser preparado com base nos relatórios anuais das CERs e nas respostas dos questionários;
- iii. Solicitar aos Estados Membros, às CERs e à CUA para que tomem as medidas necessárias para a implementação das recomendações que estejam dentro do quadro das suas competências;
- iv. Projectos de integração que ainda não estejam operacionais devem ser identificados para analisar as causas desta situação e encontrar soluções para a sua implementação.

2008-06-30

Situação da implementação da agenda de integração regional em Africa

African union

African union

<http://archives.au.int/handle/123456789/5584>

Downloaded from African Union Common Repository